

## **A importância da Portaria com as diretrizes do Leilão de Potência associada a Energia de Reserva, e as necessidades de aprimoramentos na Consulta Pública 61 do MME**

*MELLO, João Carlos; FILHO, Xisto Vieira. “A importância da Portaria com as diretrizes do Leilão de Potência associada a Energia de Reserva, e as necessidades de aprimoramentos na Consulta Pública 61 do MME”. Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2018.*

O Ministério de Minas e Energia abriu recentemente uma Consulta Pública para a realização de uma nova modalidade de leilões, com contratação de usinas termelétricas a gás natural de forma regionalizada, denominado de “Potência associada à Energia de Reserva”.

De uma forma geral, várias opiniões têm sido emitidas, com comentários desfavoráveis ao leilão específico de geração térmica, com as mais diversas alegações, dentre as quais, “vai ser mais caro”, “o sistema não tem problema de segurança”, “há sobras de energia”, dentre várias outras “pérolas”.

É importante destacar, no entanto, que as opiniões a seguir emitidas pelos autores, todas, estão baseadas em estudos técnicos e econômicos feitos por mais de um ano, envolvendo análises energéticas, elétricas, inclusive de desempenho dinâmico do SIN, e financeiras.

Dessa forma, estamos plenamente convencidos da adequacidade do leilão ora proposto pelo MME, e naturalmente, estamos sugerindo alguns aprimoramentos na Consulta Pública, de tal forma a permitir uma abrangência maior de tão importante medida liderada pelo Ministério.

Um outro ponto a destacar é que, tanto a minuta de Portaria quanto a proposta de alteração do Decreto Nº6.353, de 2008, permitem a regionalização de leilões, sempre que as necessidades de determinadas regiões assim demandarem.

Neste particular, estudos da Thymos Energia evidenciam há algum tempo a necessidade de que o subsistema Nordeste receba atenção particular: essa região, servida historicamente pelas usinas hidrelétricas da bacia do rio São Francisco, vem enfrentando situação bastante adversa nos últimos anos. Em condições normais, as vazões locais geram uma defluência mínima de 1.300 m<sup>3</sup> por segundo – quantidade de descarga de água que é utilizada para a geração de energia rio abaixo. Mas, com a escassez hídrica dos últimos anos, os reservatórios chegaram a operar em níveis de 600 m<sup>3</sup> por segundo em junho de 2017. O “Velho Chico” não é mais um rio energético, novas prioridades para o uso das águas naquela região carente tomaram proporções maiores e importância muito mais significativa.

Para garantir o fornecimento de energia, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) vem despachando continuamente as usinas térmicas a óleo, quem vêm prestando

relevantes serviços ao Subsistema Nordeste, mas que não são usinas para operação com a duração atual, e que, portanto, apresentam custos mais elevados.

Nos últimos anos, o Nordeste também contou com acentuado desenvolvimento das fontes eólica e solar, tendo em vista as características ideais de ventos e sol dessa região. Há incontáveis benefícios no fomento à energia renovável; todavia, a sua expansão, sem a devida complementariedade, não assegura o pleno atendimento da carga, em condições seguras. É necessário que exista complementação térmica.

Em simulações detalhadas, a partir do Plano Decenal de Expansão (PDE 2026) ajustado, que inclui os novos leilões, a Thymos estima que a implantação de uma térmica a gás nessa região resultaria em benefícios sistêmicos. Verificou-se nesses estudos que, a redução de custos com despacho térmico é de cerca de R\$ 2,7 bilhões, além de R\$ 5,8 bilhões de economia relativos à exposição de agentes ao risco hidrológico (GSF), e de conseqüente economia no Encargo de Segurança Energética (ESS), pois reduzir-se-ia o despacho fora da ordem de mérito. Entre os anos de 2024 e 2030, seria evitado um custo de aproximadamente R\$ 71 bilhões, ou R\$ 11,8 bilhões por ano. Como os custos anuais da térmica são estimados em cerca de R\$ 3,3 bilhões – a simulação considera uma usina a gás natural liquefeito (GNL) com 3000 MW de potência –, o benefício anual será de R\$ 8,5 bilhões.

Em condições adequadas, o custo de implantação da usina é largamente superado pela economia gerada em escala. Exatamente por tais resultados, uma das nossas contribuições será permitir a inclusão de usinas térmicas a ciclo combinado, além das de ciclo aberto, cada uma com suas funções e atributos, e respectivas aplicações regionais. Cálculos realizados pela Thymos para o caso particular de uma termelétrica no Subsistema Nordeste, sugerem que, para a obtenção de um Custo Variável Unitário (CVU) competitivo, que resulte na desejada economia aos consumidores finais, é necessária a adoção do ciclo combinado – medida que visa a garantir a capacidade de negociação de preços do suprimento de gás natural pelo gerador. Fica claro também que solução mista bem ajustada tem a flexibilidade necessária para atender os requisitos do leilão de potência.

Outra sugestão para aprimoramento da Portaria, portanto, é possibilitar a habilitação de empreendimentos termelétricos a gás natural liquefeito (GNL) com despacho antecipado. Vale lembrar que os benefícios identificados nos estudos da Thymos consideram a utilização do GNL devido às incertezas quanto à disponibilidade de gás natural doméstico nos prazos propostos no documento.

Os estudos realizados no âmbito da ABRAGET indicam, no caso da termelétrica no Subsistema Nordeste, a efetivação de equilíbrio energético para esta região, melhor nível de estabilidade e maior resiliência para o SIN, além da economia na conta de luz de cada consumidor. Acreditamos que o diálogo entre o governo e os agentes do setor, como propõe a Consulta Pública, permitirá o ajustamento dos parâmetros para que os objetivos de todos sejam alcançados: a segurança energética, elétrica, e a modicidade tarifária. Dessa forma, o temor de um aumento no preço da energia proveniente desta contratação se provará infundado: todo ganho em eficiência se reverterá em vantagens para os consumidores.

Sem dúvidas existem fatores que no futuro irão alterar as condições hoje enfrentadas pela operação como o incremento de novas fontes intermitentes, geração distribuída, smart grid, mudanças climáticas entre outras que irão acentuar a complexidade do sistema interligado nacional. Contudo, sob o aspecto de abastecimento de energia, a necessidade de térmica local será sempre indispensável, para garantir o atendimento eletro-energético de cada região.

**João Carlos Mello é Presidente da Thymos Energia. Xisto Vieira Filho é Diretor – Presidente da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (ABRAGET)**